

# ÍNDICE

## CAPÍTULO 1 DO INQUÉRITO POLICIAL

1. Razão de ser do inquérito .....	25
2. Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Civil .....	26
3. Fixação das atribuições da Polícia Civil .....	26
4. Finalidade do inquérito policial .....	27
5. Caracteres do inquérito policial .....	27
6. Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial .....	28
7. Prazo para a conclusão do inquérito .....	33
8. Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito? .....	34
9. É indispensável o inquérito? .....	34
10. Qualificação direta ou indireta do indiciado .....	35
11. O relatório .....	35
12. A condução coercitiva do indiciado .....	35
13. Como se inicia o inquérito policial? .....	36
14. Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada? .....	37
15. Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada? .....	41
16. Modelo de portaria. Observações .....	41
17. Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações .....	44
18. Modelo de requisição do Juiz. Observações .....	45
19. Modelo de requerimento da vítima. Observações .....	47
20. Modelo de representação (reduzida a termo). Observações .....	53
21. Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações .....	54
22. Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações .....	56

## CAPÍTULO 2 DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1. O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo .....	65
---	----

2. Sentido da expressão “flagrante delito” .....	69
3. Fundamento atual .....	69
4. Fundamento anterior .....	73
5. As modalidades de flagrante .....	76
6. Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante .....	77
7. A prisão em flagrante como ato administrativo.....	79
8. A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicio- nada à representação e nos crimes de ação privada.....	79
9. Como se lavra um auto de prisão em flagrante .....	79
10. Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto.....	81
11. Prazo para a conclusão do inquérito iniciado por auto de prisão em flagrante.....	85
12. O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante .	85
13. O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais ....	86
14. Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva? .....	87
15. Observações sobre a prisão em flagrante.....	87
16. Flagrante preparado e flagrante esperado.....	93
17. Modelo de pedido de liberdade provisória.....	96

## CAPÍTULO 3

### DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Etimologia. Noções.....	98
2. Conceito .....	101
3. A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário? .....	101
4. Características.....	103
5. Princípios .....	105
6. Divisão da jurisdição.....	108
7. Competência.....	111
8. Delimitação do poder de julgar.....	112
9. Onde a causa penal deve ser julgada? .....	114
10. Prerrogativa de função .....	119
10.1. Supremo Tribunal Federal.....	121
10.2. Superior Tribunal de Justiça .....	123
10.3. Superior Tribunal Militar .....	125
10.4. Tribunal Superior Eleitoral.....	126

10.5. Tribunais Regionais Eleitorais.....	126
10.6. Tribunais Regionais Federais .....	128
10.7. Tribunais de Justiça.....	131
10.8. Nosso entendimento quanto à competência originária <i>ratione personae vel muneris</i> dos Tribunais de Justiça .....	138
10.9. Crime praticado fora do Estado onde o beneficiário de foro privativo exerce suas atividades .....	139
10.10. Competência originária mesmo cessada a função.....	140
10.11. Problemas especiais .....	150
11. Conexão e continência.....	152

## CAPÍTULO 4

### DA AÇÃO PENAL

1. Direito de ação.....	162
2. O processo.....	163
3. O processo, forma civilizada para a composição dos litígios ...	165
4. Ação penal: conceito .....	166
5. Classificação subjetiva da ação penal.....	166
6. Da ação penal pública incondicionada .....	167
7. Ação penal pública incondicionada: princípios .....	168
8. Da ação penal pública condicionada .....	172
9. Crimes contra a honra cometidos contra funcionário públi- co em razão da função .....	188
10. Requisição do Ministro da Justiça.....	191
11. Como se inicia a ação penal: mediante denúncia ou queixa...	194
12. As condições da ação: genéricas e específicas .....	196
13. Rejeição da denúncia ou queixa.....	201
14. Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa? .....	204
15. Pode o Promotor desistir da ação penal?.....	205
16. Como se instaura o processo.....	206
17. Quando o representante do Ministério Público recebe autos de inquérito, que providências pode tomar? .....	206
18. Que deve conter a denúncia? .....	206
19. Modelo de denúncia .....	209
20. Observações práticas sobre a atividade do representante do Ministério Público ao receber os autos do inquérito .....	210
21. Prazos para a denúncia .....	211

22. O despacho do Juiz recebendo a denúncia .....	212
23. Outras observações .....	215
24. Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências .....	217
25. Observações .....	218
26. Pode a autoridade policial deixar de realizá-la? .....	218
27. Pedido de arquivamento: modelo .....	219
28. Observações .....	219
29. Arguição de incompetência: modelo .....	224
30. Conflito de competência .....	225
31. Conflito de atribuições .....	232

## CAPÍTULO 5

### DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Observações sobre a queixa .....	235
2. A decadência do direito de queixa .....	237
3. Procedimento do Juiz ao receber a queixa .....	240
4. A queixa nos crimes contra a honra. A preempção .....	243
5. O perdão .....	243
6. Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa? .....	244
7. As custas do processo .....	245
8. Modelo de queixa .....	246
9. Modelo de procuração .....	247

## CAPÍTULO 6

### DA RESPOSTA DO RÉU

1. É a resposta do réu obrigatória ou facultativa? .....	248
2. Exemplo de resposta do réu .....	249
3. Observações sobre a resposta do réu .....	250

## CAPÍTULO 7

### DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1. O assistente de acusação .....	254
2. Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente? .....	254

3. A função do assistente .....	255
4. Ouvida do Ministério Público .....	256
5. Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir? .....	256
6. Atividade do assistente .....	257
7. Em que hipóteses pode recorrer? .....	257
8. Prazo para a interposição de recurso pelo assistente .....	260
9. Pode o Poder Público intervir como assistente? .....	262
10. A intimação da sentença .....	263
11. Modelos de pedido de habilitação de assistente .....	263
12. Modelo de procuração .....	264
13. Modelo de mandado de segurança para a hipótese de o Juiz indeferir o pedido de habilitação do assistente .....	265

## CAPÍTULO 8

### DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1. O fato típico .....	267
2. A antijuridicidade .....	268
3. A culpabilidade .....	269
4. A imputabilidade .....	270
5. A importância do exame de sanidade .....	270
6. Critérios para aferir a inimputabilidade .....	271
7. Os menores de 18 anos .....	272
8. Os doentes mentais .....	272
9. A embriaguez .....	273
10. A fusão dos elementos etiológico e psicológico .....	275
11. Como se comprova a inimputabilidade? .....	275
12. Oportunidade para o exame de insanidade mental .....	277
13. Legitimidade .....	278
14. Procedimento .....	278
15. Formulação dos quesitos .....	280
16. A doença mental antes e depois da prática da infração .....	281
17. Fica o Juiz vinculado à perícia? .....	282

## CAPÍTULO 9

### DA PROVA

1. Considerações sobre a prova .....	284
--------------------------------------	-----

2. Do interrogatório .....	297
3. Ofendido e testemunhas .....	305
4. Reconhecimento, acareação e documentos .....	321
5. Da busca e apreensão .....	326

## CAPÍTULO 10

### DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento .....	334
2. Processo e procedimento .....	334
3. As alterações introduzidas no Processo Penal .....	336
4. Formas procedimentais .....	339
5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função ..	340
6. Procedimento na hipótese de foro sem prerrogativa de função: comum e especial .....	350
7. Procedimento comum ordinário .....	351
8. Procedimento comum sumário .....	354
9. Suspensão condicional do processo .....	356
10. Procedimento das infrações cuja pena máxima não ultrapasse dois anos. Infrações de menor potencial ofensivo. A transação ..	360
11. O procedimento sumariíssimo .....	371
12. Procedimento sumário para as infrações de menor potencial ofensivo que não puderem ser julgadas no Juizado nem se sub- ordinarem ao procedimento sumariíssimo .....	373
13. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Pe- nal e em leis extravagantes .....	373
14. Crimes da competência do Júri. Procedimento .....	378
15. O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>verdicta</i> .....	392
16. Antecedentes .....	393
17. A instituição do Júri no Brasil .....	394
18. Traço marcante do Júri brasileiro e demais caracteres .....	396
19. Organização e funcionamento do Júri .....	402
20. Questionário .....	416
21. Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassifica- ção .....	433
22. Modelo de sentença absolutória. Observação .....	434
23. Modelo de sentença condenatória. Observação .....	435
24. Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observações...	436

**CAPÍTULO 11**  
**OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**  
**PREVISTOS NO CPP**

1. Crimes de responsabilidade de funcionário público. Procedimento .....	440
2. Crimes contra a honra. Procedimento.....	444
3. Crimes contra a propriedade imaterial. Procedimento .....	449

**CAPÍTULO 12**  
**PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS**  
**EM OUTRAS LEIS**

1. Crimes falimentares.....	455
2. Formalidades previstas na Lei n. 11.101/2005 .....	456
3. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências .....	459
4. Outras formalidades previstas na Lei de Falências. Procedimento .....	461
5. Crimes de imprensa.....	464
6. Crimes eleitorais. Procedimento .....	465
7. Entorpecentes. Procedimento .....	468
8. Crimes contra a fauna e a flora (Lei n. 9.605/98) .....	472
9. Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores ..	473
10. Os crimes previstos no art. 14 da Lei n. 7.505/86, arts. 39 e 40 da Lei n. 8.313/91 e art. 10 da Lei n. 8.685/93.....	474
11. Crimes de abuso de autoridade. Procedimento .....	475
12. Crimes contra a economia popular. Procedimento .....	477
13. Crimes da Lei das Licitações. Procedimento .....	479

**CAPÍTULO 13**  
**PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES**

1. Preliminares .....	482
2. O procedimento das contravenções eleitorais.....	484

3. O procedimento dos processos por crimes cometidos por prefeitos municipais. Observação .....	485
---	-----

## CAPÍTULO 14 DAS ALEGAÇÕES

1. Alegações finais: exemplo .....	490
2. Observações sobre as alegações finais, orais, ou debates, nos procedimentos ordinário, sumário e sumariíssimo .....	492

## CAPÍTULO 15 DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Da prisão .....	495
2. Quando é necessária a prisão processual? .....	503
3. A prisão decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória recorrível .....	506
4. Da prisão preventiva .....	508
5. Da prisão temporária .....	514
6. Anotações sobre o flagrante .....	518
7. Da liberdade provisória .....	519
8. Da fiança. As hipóteses de inafiançabilidade .....	521
9. Limites da fiança .....	524
10. Autoridade competente para arbitrar o valor da fiança .....	525
11. Extinção .....	525
12. Fiança sem efeito e fiança inidônea .....	527
13. Reforço .....	527
14. Fiança sem objeto .....	528
15. Condenação .....	528
16. Execução .....	528
17. Observação .....	529

## CAPÍTULO 16 DA SENTENÇA

1. Sentença absolutória: exemplo .....	530
2. Sentença condenatória: exemplo .....	531
3. Observações sobre a sentença .....	533

## CAPÍTULO 17

### DO LIBELO

1. Noções sobre o libelo .....	551
2. Exemplo de libelo.....	551
3. Contrariedade do libelo. Observações.....	553

## CAPÍTULO 18

### DAS NULIDADES

1. Noções preliminares.....	555
2. Ato inexistente.....	555
3. Atos nulos e irregulares.....	556
4. A nulidade .....	557
5. Atos essenciais.....	557
6. Formalidades essenciais .....	559
7. A classificação dos atos e das formalidades.....	559
8. Incompetência, suspeição e suborno do Juiz.....	560
9. Ilegitimidade de parte.....	561
10. Relação dos atos estruturais .....	561
11. Nulidades absolutas e relativas no CPP.....	566
12. Momento para a arguição da nulidade .....	568
13. Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade? .....	568
14. Quem pode arguir a nulidade?.....	569
15. Modos de sanabilidade.....	569
16. Pode haver nulidade em inquérito?.....	569

## CAPÍTULO 19

### DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades.....	572
2. Fundamento.....	574
3. Pressupostos lógico e fundamental .....	575
4. Classificação da sucumbência .....	576
5. Pressupostos recursais objetivos.....	581
6. Pressupostos recursais subjetivos .....	590
7. Juízo de admissibilidade, ou prelibação.....	591
8. Extinção anormal dos recursos.....	591

9. Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial .....	592
10. Recursos voluntários e necessários .....	593
11. Efeitos dos recursos .....	596
12. Unirrecorribilidade .....	599

## CAPÍTULO 20

### DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. Exemplo de interposição .....	600
2. Exemplo de razões. Observação .....	601
3. Considerações .....	603
4. O recurso em sentido estrito .....	605
5. É taxativa a enumeração feita pelo art. 581? .....	606
6. Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito? .....	607
7. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado? .....	607
8. Prazo para razões e contrarrazões .....	608
9. Pode o Juiz retratar-se? .....	609
10. E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer? .....	610
11. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito? .....	611
12. Quando o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal ou Tribunal Regional Eleitoral? .....	612
13. É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça? .....	612
14. As decisões que comportam recurso em sentido estrito .....	613
15. Modelo de interposição de recurso "por termo nos autos" (recurso interposto oralmente) .....	621
16. Efeitos .....	621
17. Recurso <i>secundum eventum litis</i> e recurso <i>pro et contra</i> .....	623

## CAPÍTULO 21

### DO RECURSO DE APELAÇÃO

1. Exemplo de interposição de recurso de apelo .....	624
2. Exemplo de razões. Observação .....	625
3. Exemplo de contrarrazões .....	627

4. Noções.....	635
5. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?.....	636
6. Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo? .....	638
7. Como se interpõe a apelação? .....	638
8. O prazo para a interposição da apelação e a sua contagem ....	638
9. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contrarrazões.....	641
10. Quando da interposição de recurso nas razões ou contrarrazões podem ser juntados documentos?.....	642
11. Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância?.....	642
12. A quem é endereçado o recurso de apelo?.....	645
13. Apelação plena e limitada.....	645
14. Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância.....	646
15. Pressupostos próprios do recurso de apelo .....	647
16. Extinção anormal da apelação.....	648
17. Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> ? .....	651
18. A apelação sobe nos próprios autos? .....	654
19. O § 4º do art. 593.....	655
20. A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação? .....	655
21. Apelação sumária e apelação ordinária .....	656
22. Efeitos do recurso de apelação .....	656
23. Tem a apelação do assistente efeito suspensivo? .....	657
24. A proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	657

## CAPÍTULO 22

### DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Modelo de interposição .....	665
2. Noções.....	665
3. É exclusivo da Defesa?.....	666
4. Quando cabe.....	666
5. Quantas vezes pode o réu protestar por novo Júri?.....	666
6. Razão histórica do protesto.....	667
7. Abolição do protesto .....	668

## CAPÍTULO 23

### DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação.	672
2. Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça .....	674
3. Considerações preliminares.....	674
4. Os embargos infringentes e de nulidade.....	676
5. Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento.....	677
6. São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não unânime de segunda instância?.....	678
7. A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar .....	680
8. Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia? .....	680
9. Os embargos no STF .....	680
10. Os embargos no STJ .....	682
11. Embargos de divergência.....	682

## CAPÍTULO 24

### DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Modelo .....	686
2. Generalidades .....	687
3. Quando podem ser opostos.....	688
4. A quem são dirigidos.....	688
5. Procedimento .....	689
6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?.....	689
7. Quem pode interpor os embargos?.....	690
8. Quem os julga? .....	690
9. Os embargos na inferior instância.....	690
10. Retratabilidade .....	690
11. Suspendem o prazo de outro eventual recurso? .....	691
12. Extensão dos embargos declaratórios .....	691

## CAPÍTULO 25

### DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observação .....	694
---	-----

2. Exemplo de razões.....	695
3. Exemplo de contrarrazões .....	697
4. Observações sobre a carta testemunhável.....	698
5. Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável?.....	700
6. O prazo para ser requerida a carta testemunhável.....	701
7. A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante .....	701
8. Tem a carta testemunhável efeito suspensivo?.....	702
9. Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância?.....	703
10. Razões históricas da carta testemunhável .....	703
11. Como se conta o prazo.....	704

## CAPÍTULO 26 DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Modelo .....	706
2. Exemplo de razões.....	707
3. Exemplo de contrarrazões .....	708
4. Generalidades.....	708
5. Cabimento.....	709
6. Admite-se a correição no processo civil?.....	710
7. Origem .....	710
8. Surgimento da correição no Estado de São Paulo .....	711
9. É inconstitucional? .....	711
10. É recurso?.....	712
11. Procedimento .....	713

## CAPÍTULO 27 DO “HABEAS CORPUS”

1. Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito .....	717
2. Considerações sobre o <i>habeas corpus</i> .....	718
3. Se o <i>habeas corpus</i> não é um recurso, qual a sua natureza jurídica? .....	720
4. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> .....	722
4-A. Teoria brasileira do <i>habeas corpus</i> : exemplo .....	722
5. Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa? .....	725

6. Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício?.....	726
7. Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ? .....	727
8. A competência originária.....	727
9. A competência recursal.....	736
10. Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada? .....	737
11. Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ?.....	738
12. Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível? .....	738
13. Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário constitucional, que providência poderá ser tomada? .....	739
14. Alguns casos de <i>habeas corpus</i> .....	740
15. As informações a serem prestadas pela autoridade coatora ....	740
16. Exemplos de <i>habeas corpus</i> impetrados ao Tribunal de Justiça.	741
17. Observações sobre o <i>habeas corpus</i> .....	752
18. A sustentação oral do <i>habeas corpus</i> .....	752
19. Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao STJ.....	753
20. Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i> .....	754
21. Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado? .....	755
22. Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem?.....	756
23. E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário? .....	756
24. Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ? .....	757
25. E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada? ....	758
26. Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular? .....	759
27. O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório .....	760
28. Finalidade do <i>habeas corpus</i> .....	763
29. Apresentação do paciente .....	764
30. Sanções.....	764
31. Pedido de informações.....	764
32. Intervenção do Ministério Público .....	765
33. Como pode ser impetrada a ordem?.....	765
34. Concessão.....	766
35. Não cabimento.....	767

36. O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i> .....	768
37. Foi a palavra “iminência”, contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição?.....	768
38. Liminar em <i>habeas corpus</i> .....	769

## CAPÍTULO 28

### DO RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

1. Exemplo de interposição .....	772
2. Exemplo das razões .....	772
3. Os três tipos de recurso ordinário constitucional .....	775
4. O recurso criminal ordinário constitucional, na hipótese do art. 102, II, <i>b</i> , da Magna Carta.....	775
5. O recurso ordinário constitucional.....	778
6. Procedimento .....	779

## CAPÍTULO 29

### DA REVISÃO CRIMINAL

1. Exemplo de propositura de revisão criminal.....	781
2. Apresentada a petição, que providência deve ser tomada? .....	783
3. Generalidades .....	783
4. O erro judiciário e a coisa julgada.....	785
5. A revisão <i>pro societate</i> .....	787
6. A revisão criminal no Brasil .....	788
7. A natureza jurídica .....	790
8. Pressuposto primordial da revisão.....	792
9. Oportunidade .....	792
10. Legitimidade .....	793
11. Pode o Ministério Público requerer a revisão? .....	795
12. A revisão e a decisão do Júri .....	795
13. Competência .....	798
14. Os fundamentos do pedido .....	800
15. Extinção da punibilidade .....	801
16. Unificação de penas .....	803
17. Revisão para aumentar a pena.....	803
18. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido? .....	804
19. Precisa o condenado recolher-se à cadeia?.....	805
20. Conversão em diligência.....	805

21. As regras dos arts. 621 e 626 do CPP .....	806
22. Absolvição e revisão .....	806
23. Prazo .....	806
24. O pedido .....	807
25. Procedimento .....	808
26. Julgamento .....	809
27. Improcedência .....	810
28. Procedência .....	810
29. Consequências .....	811
30. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena? .....	811
31. Reiteração .....	815
32. Sentença estrangeira .....	815
33. A Justiça Eleitoral .....	816
34. Morte do condenado .....	816
35. A indenização .....	816

## CAPÍTULO 30

### DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais .....	819
2. Recurso extraordinário: conceito .....	819
3. A denominação “extraordinário” .....	821
4. Outras funções do STF .....	822
5. Quando é cabível o recurso extraordinário? .....	823
6. Legitimidade .....	824
7. Procedimento .....	825
8. Denegação. Recurso oponível .....	829
9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i> .....	830
10. Problemas especiais. O prequestionamento .....	830
11. Recurso extraordinário e recurso especial .....	832
12. Modelo .....	837
13. Súmulas do STF em matéria criminal .....	840

## CAPÍTULO 31

### DO RECURSO ESPECIAL

1. O recurso especial .....	852
2. Quando cabe .....	852
3. Finalidade .....	859
4. Procedimento .....	860

5. Denegação.....	862
6. Outras funções do STJ.....	863
7. Súmulas do STJ em matéria criminal.....	864
8. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal.....	871
9. Modelos.....	872

## CAPÍTULO 32

### DOS AGRAVOS

1. Os agravos no processo penal.....	891
2. Histórico.....	891
3. O agravo de instrumento no processo penal e o agravo nos autos.....	892
4. Modelos de agravo nos autos.....	894
5. O agravo em execução.....	905
6. Modelo de agravo em execução.....	906
7. O agravo regimental.....	910
8. Modelo de agravo regimental.....	911
9. O recurso inominado.....	912
10. Reclamação.....	913
<i>Bibliografia</i> .....	915